

O ENSINO DA HISTÓRIA E OS ESTUDOS DE GÊNERO NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Ana Maria Colling¹

Losandro Antonio Tedeschi²

RESUMO: A história é um relato marcado por relações de poder, que também produz silêncios, como nos ensina Michel Foucault. As relações de gênero, as relações de poder entre os sexos, aparecem com destaque na historiografia. A invisibilidade do feminino é um fato detectado em qualquer manual de ensino da história. Pouco conhecemos as personagens reais que, juntamente com os homens, construíram a história brasileira, mas como imagem ou representação, as mulheres estão sempre presentes. Reconhecer os discursos e as práticas que nomearam ou silenciaram as mulheres é uma tarefa primeira e urgente aos historiadores/as preocupados/as em libertar a história do discurso excludente e falocêntrico. Incluir as mulheres no processo histórico e no ensino de história, não significa apenas incluir a metade da humanidade, mas democratizar a história.

PALAVRAS-CHAVE: ensino de história; história das mulheres; estudos de gênero.

ABSTRACT: History is a story crossed by power relations, which also produces silences, as taught by Michel Foucault. Gender relations, power relations between the sexes, featured prominently in the historiography. The feminine invisibility is a fact detected in any educational manual of history. We know little of the real

¹ Doutora em História do Brasil pela PUC-RS, pesquisadora em Estudos de Gênero e História das Mulheres no Brasil, professora visitante pela Capes pelo PVNS do Programa de Pós Graduação em História – UFGD/MS.

² Doutor em História Latino-Americana pela Unisinos, coordenador da Cátedra Unesco “Diversidade cultural, Gênero e Fronteiras” na UFGD, professor e pesquisador em estudos de Gênero, História das Mulheres e Migrações do Programa de Pós-Graduação em História na UFGD/MS.

characters, along with men, built the Brazilian history, but as an image or representation, women are always present. Recognize the discourses and practices that appointed or silenced women is a first and urgent task to historians / the concerned / the release in the history of excluding and phallogocentric discourse. Include women in the historical process and the teaching of history, does not mean only include half of humanity, but democratize history.

KEYWORDS: teaching history; women's history; gender studies.

Introdução

Trabalhar com o ensino da história das mulheres ou o ensino da história do gênero é muito mais do que escrever a real história social de uma dada sociedade, porque essa categoria de análise é transdisciplinar, atravessando todos os campos, como a história econômica, a história política e, especialmente, a história cultural.

A história das mulheres é uma história recente, porque desde que a História existe como disciplina científica, ou seja, desde o século XIX, o seu lugar dependeu das representações dos homens, que foram, por muito tempo, os únicos historiadores. Estes escreveram a história dos homens, apresentada como universal, e a história das mulheres desenvolveu-se à sua margem. Ao descreverem as mulheres, sendo seus porta-vozes, os historiadores ocultaram-nas como sujeitos, tornando-as invisíveis.

Michele Perrot, historiadora francesa e coordenadora juntamente com Georges Duby da já clássica obra em cinco volumes *A História das Mulheres no Ocidente*, enumera os três movimentos que contribuíram para o surgimento das mulheres na história. Não somente delas, mas de todos os demais sujeitos subsumidos pelo discurso moderno. Michelle Perrot destaca como importantes a crise dos grandes paradigmas, como o positivismo e o marxismo; a explosão da História com a Nova História (história em migalhas); e a demanda social com os movimentos feministas. O positivismo centrava sua análise na história política, privilegiando as fontes diplomáticas e militares, uma história de guerras e batalhas na qual as mulheres não apareciam; o

marxismo, referencial teórico marcante na historiografia ainda hoje, não deu importância para as contradições entre homens e mulheres ou para as questões femininas, porque as contradições de classe e os seus embates eram a questão de fundo. Segundo eles, as discussões sobre sexualidade e relações de poder entre homens e mulheres seriam resolvidas após a revolução.

Diz Michele Perrot:

“Quanto aos *Annales* (1929) de Marc Bloch e Lucien Febvre, ao substituir o político pelo econômico e o social, não realizam grande ruptura neste aspecto. Mulheres, relações entre os sexos, até mesmo a família... eram quantidades negligenciáveis...”

Como o silêncio foi rompido, pergunta ela? Com a explosão da história na década de 70, “chegou-se a falar em ‘história em migalhas’, que favorecia o surgimento de novos objetos: a criança, a loucura, a sexualidade, a vida privada... Por que não as mulheres?”³ As universidades começaram a receber mulheres, inicialmente como alunas e depois em seus quadros profissionais, e novas pesquisas envolvendo essas novas questões e novos sujeitos, portanto, eram um caminho natural.

Muito tempo se passou após a renovação da história com “novos problemas, novos objetos e novas abordagens”, mas como se comporta a historiografia nesse jogo de avanços e retrocessos, de permanências e rupturas, entre homens e mulheres? Acompanha o movimento democrático de que a história é feita por homens e mulheres, de que elas nunca estiveram ausentes, mas foram silenciadas pela historiografia, pelas relações de poder que anunciam, registram, mas também silenciam sujeitos e fatos, como nos ensina Michel Foucault? Segundo ele,

Os historiadores, há anos, ficaram muito orgulhosos por descobrirem que podiam fazer não apenas a história das batalhas, dos reis e das instituições, mas também a da economia. Ei-los completamente

³ PERROT, 2005, p. 16.

deslumbrados porque os mais astuciosos dentre eles lhes ensinaram que se podia fazer ainda a história dos sentimentos, dos comportamentos, dos corpos. Eles logo compreenderão que a história do Ocidente não é dissociável da maneira como a verdade é produzida e inscreve seus efeitos.⁴

Michel Foucault tem auxiliado as historiadoras na compreensão da história das mulheres, afirmando que essa história também tem sua história, e, portanto, pode ser mudada a cada instante. Considera o homem e a mulher como criações e consequências de uma determinada estrutura de poder. Os homens definem-se e, então, constroem a mulher como o outro, com base na figura deles próprios. Foucault nos oferece algumas ferramentas úteis como a análise do poder, não como aquele que proíbe, que diz não, mas como o poder que incita discursos e nomeia coisas e sujeitos e constrói, inclusive, subjetividades.

As práticas foucaultianas da pesquisa histórica demonstram que a historicidade governa a relação entre os sexos ao mostrar em que contexto nascem a figura da mãe triunfante e subjugada, ou a da histórica. Michel Foucault auxilia-nos a romper com o eterno feminino dos médicos e dos biólogos cujos discursos, nos séculos XVIII e XIX, reforçavam a sujeição das mulheres ao seu corpo e ao seu sexo. Ele nos ajuda a compreender como determinadas verdades são instituídas em campo do saber e como isso dificulta uma outra forma de olhar o passado; e revela que estamos sempre cercados, somos perseguidos por verdades. O fato histórico escolhido depende do olhar do próprio historiador e do tipo de história que gostaria de fazer. Incita-nos a questionar quais práticas discursivas e não discursivas fizeram essa ou outra questão emergir e constituindo-a como objeto para o pensamento.

Com Foucault, a certeza de que os documentos consultados pelos historiadores traduzem toda a verdade fica abalada, porque ele nos mostra que o documento não é o reflexo de um acontecimento, mas é um outro acontecimento. Ele nos ensinou a

⁴ FOUCAULT, 1994, p. 257. (tradução livre)

prestar atenção ao discurso, à maneira como um objeto histórico é produzido discursivamente e à sua própria narrativa e, mais ainda, alertou-nos para a produção dos silêncios na narrativa histórica. Tem-se aqui como discurso aquilo que está instalado nos aparatos jurídicos, no cotidiano, nos gestos e costumes, nas instituições e até mesmo na arquitetura. Esses pressupostos nos ensinam que não podemos separar a coisa em si, a realidade do discurso.

Gênero tem sido o termo utilizado para teorizar a diferença sexual, questionando os papéis sociais destinados às mulheres e aos homens. A categoria de gênero não se constitui numa diferença universal, mas permite entender a construção e a organização social da diferença sexual. A história das mulheres e a história de gênero estão interligadas, sendo que o gênero se situa no campo relacional, porque só se concebe mulheres se elas forem definidas em relação aos homens.

Falar em gênero em vez de falar em sexo, indica que a condição das mulheres e dos homens não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção, de uma engenharia social e política. Ser homem/mulher é uma construção simbólica que faz parte do regime de emergência dos discursos que configuram sujeitos. O gênero, diferença de sexos baseada na cultura e produzida pela história, é secundariamente ligado ao sexo biológico e não ditado pela natureza.

São as sociedades, as civilizações que conferem sentido à diferença, portanto não há verdade na diferença entre os sexos, mais um esforço interminável para dar-lhe sentido, interpretá-la e cultivá-la. E a escola e o ensino da história têm sido historicamente um lugar de demarcação sexual de ocultação das diferenças.

Pensar, discutir, escrever, falar sobre as relações de gênero junto com o ensino da história é uma tarefa urgentíssima. Se entendermos que é necessário modificar a cultura em relação ao que pensamos sobre os papéis sociais dos homens e das mulheres, dois lugares de mudança de mentalidades são fundamentais: o lar, no qual meninos e meninas recebem as primeiras noções do que é ser homem/ser mulher e o papel que cabe a cada um(a) na sociedade; e a escola, onde as desigualdades de gênero são plantadas ou reafirmadas. Estabelecer uma hierarquia em grau

de importância dessas instituições na solução desse problema é uma tarefa muito difícil, porque as duas estão intimamente ligadas e submersas na mesma cultura patriarcal.

A mulher na construção do Brasil

Os historiadores fizeram a historiografia do silêncio. A história transformou-se em um relato que esqueceu as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução inenarrável, elas estivessem fora do tempo, fora do acontecimento. Mas elas não estão sozinhas nesse silêncio profundo. Elas estão acompanhadas de todos aqueles que foram marginalizados pela história, como os negros, os índios, os velhos, os homossexuais, as crianças etc. Portanto, escrever a história das mulheres é libertar a história. Libertar a história das amarras das metanarrativas modernas, falocêntricas, presentes nos livros didáticos, e nas práticas de muitos docentes que ministram a disciplina de História em sala de aula.

Se historicamente o feminino é entendido como subalterno e analisado fora da história, porque sua presença não é registrada, libertar a história é falar de homens e mulheres numa relação igualitária. Falar de mulheres não é somente relatar os fatos em que estiveram presentes, mas reconhecer o processo histórico de exclusão de sujeitos. Desconstruir o processo que deu origem à história feminina para reconstruí-la em bases mais reais e igualitárias é um dos desafios permanentes do ensino da história hoje.

Acompanhando o relato das histórias ocidentais, a história do Brasil foi feita somente pelos homens. A invisibilidade da mulher na construção da sociedade brasileira é um fato detectado em qualquer manual que tenta contar nossa história relativa aos primeiros tempos. Por uma questão biológica, sem contar outras, ninguém pode negar a existência do sexo feminino, responsável pela reprodução de homens e mulheres. Mas por onde andava ele, afinal? A história do Brasil, como a dos povos ocidentais, é uma história masculina na qual não sobrou espaço para as mulheres. Como imagem ou representação, elas estão sempre presentes.

É só recorrermos à literatura dos viajantes, que misturando o que aqui viram com o imaginário europeu, representaram a América por meio da imagem de uma mulher nua que em suas mãos segurava a cabeça de um homem. Mulher nua, como nua é a índia, chamada América.

A certidão de nascimento do Brasil, de Pero Vaz de Caminha, nascimento da nação registrada, um documento que encanta pela riqueza de detalhes, faz inúmeras referências à beleza da índia tupiniquim. O calvinista francês Jean de Léry mostrou o mesmo entusiasmo e encantamento 65 anos depois. Para ambos, a mulher europeia (até então a única), carregada de enfeites e ornamentos, sentiria inveja da beleza natural da índia brasileira. As naus que transportavam os argonautas, aqueles para quem navegar era mais importante do que viver, eram constantemente vasculhadas à procura de mulheres “suspeitosas”, ameaças que poderiam perder corpos e almas. Quando encontradas eram abandonadas na primeira terra que avistavam, numa marca de desprezo e desdém ao feminino.

Os religiosos que acompanhavam as aventuras da coroa portuguesa à procura de novas “almas” a serem catequizadas, depois da perda de fiéis para a reforma protestante, viam no combate às mulheres uma de suas principais missões, assim como no tratamento dos doentes, no combate ao jogo, às blasfêmias e à leitura de livros profanos. Como vemos, a presença da mulher era constante, como representação ou como preocupação.

Entendo representação como os diferentes grupos culturais e sociais que são apresentados nas diferentes formas de inscrição cultural, nos discursos e nas imagens pelos quais a cultura representa o mundo social. O consentimento do representado, reconhecer-se no discurso que o representa, faz parte desse processo de representação. Se os discursos estão localizados entre relações de poder que definem o que eles dizem e como dizem, quem fala pelo outro, quem o representa, controla as formas de falar do outro. A representação produz sujeitos. Mas, para ser eficiente, precisa apagar as marcas de sua construção. Deve parecer natural e sempre imutável.

O componente mais óbvio de uma análise sobre o ensino da história tem a ver com a questão do conhecimento e da verdade. Afinal, o que deve ser ensinado? Por que esse conhecimento e não outro? Por que essa concepção de verdade e não outra? Por que queremos que alguém se transforme em alguma coisa e não em outra? Por que consideramos certos tipos de conhecimento e de verdade preferíveis a outros?

Uma reflexão sobre currículo de História no ensino fundamental e médio não pode ignorar a questão da valoração. A genealogia foucaultiana coloca o valor no campo da invenção, assim como a verdade. Mostrar a construção do valor ou da verdade não significa invalidá-los, mas, simplesmente, mostrar que são construções discursivas.

Nenhum fato histórico possui uma documentação que não possa ser substituída por outra, isso depende da vontade do próprio historiador. Quais práticas discursivas e não discursivas fizeram essa ou outra questão emergir e se constituir como objeto para o pensamento? Como foi possível que tal objeto viesse à tona, e como foi possível acreditarmos ser a-histórico ou natural algo que foi urdido nos embates da história? Essa forma de pensar os objetos históricos, como construções discursivas, irrita muitos historiadores, porque coloca em questão o caráter de verdade da História.

A História é um discurso, resultado de relações de poder que autorizam ou silenciam fatos históricos. Os fatos históricos, assim como seus heróis, são construções culturais muito distantes da verdade almejada por muitos historiadores. A verdade é uma interpretação. A interpretação é uma invenção. Quem interpreta não descobre a verdade, quem interpreta a produz. As diferentes interpretações são resultado de diferentes pontos de vista, de diferentes posições, de diferentes perspectivas. Nada pode ser visto como natural, justo, verdadeiro, belo, desde sempre. As formas que os objetos históricos adquirem só podem ser explicadas pela própria história. O professor de História é responsável pela sua seleção, pelo seu recorte, pela sua elaboração e até pelo seu silenciamento. A história não implica apenas lembrar, mas também produzir o esquecimento.

Durante o Brasil Colônia, por exemplo, sabemos de muitas mulheres que tentaram invadir o espaço público⁵: Ana Pimentel governou a capitania de São Vicente após seu marido, Martim Afonso, retornar a Portugal, em 1533, transformando-se na primeira mulher a ocupar cargo executivo no Brasil; D. Brites de Albuquerque, na ausência e após a morte do marido, Duarte Coelho, primeiro donatário da Capitania de Pernambuco e Alagoas, tornou-se governadora ativa, assim como Isabel de Lima, que administrava a capitania de Santo Amaro.

Muitas mulheres possuíam engenhos e recebiam sesmarias para administrar. Além de romperem a regra estabelecida para o mundo feminino, que as reduzia às paredes privadas do lar, foram esquecidas pela história. Algumas figuras emblemáticas permanecem, como sóror Joana Angélica, que deu a vida pela independência brasileira, opondo-se à entrada dos portugueses no Convento da Lapa, na Bahia; Maria Úrsula Lencastre, que se transformou em mulher soldado, lutando sob o falso nome de Baltazar de Couto, e a enfermeira Ana Néri, que participou como voluntária da Guerra do Paraguai. Também Anita Garibaldi e a princesa Isabel são personagens presentes na nossa história. Mas a vida do conjunto das mulheres era muito diferente. Diante disso, cabe a pergunta: qual livro de história, comumente usado em salas de aula no Brasil, aborda essas histórias femininas?

O que notamos no presente, na análise sobre as representações de livros didáticos de história, é um papel designado à mulher no qual ela se resume a ser boa esposa e excelente mãe. Seu fracasso nessa área marginalizava-a. A falta de filhos era problema exclusivo seu, a infecundidade jamais decorria do homem, que seria o sexo potente, segundo Aristóteles. O prazer sexual era permitido somente às prostitutas, porque a paixão, segundo os

⁵ A separação entre o espaço privado e o público, que transformou o último em espaço da política e do poder por excelência, sempre foi alvo das críticas feministas. Carole Pateman, trabalhando sobre a dicotomia entre os dois espaços, atesta que a separação público/privado se estabelece como uma divisão dentro da própria sociedade civil, expressando-se de diversas maneiras, denominando as relações de poder entre os gêneros.

ditames da época, poderia colocar em risco o santo casamento. Apenas às prostitutas, mulheres de “vida fácil”, era permitido dançar, cantar e vestir roupas provocantes.

As mulheres sérias casavam-se cedo e tinham como missão trazer crianças ao mundo. Não podiam usar decotes ousados, deixar os dedos dos pés à mostra, muito eróticos, ou ainda usar perfume ou maquiagem. Era vaidade condenável tanto sorrir demais e mostrar dentes bonitos como sorrir de menos para não mostrar dentes ruins. Somente ser casada não era suficiente: era necessário parecer casada, vestir-se, falar e portar-se como tal. Para isso, invocava-se sempre a sua “natureza”: pacata, dócil, emotiva, doente, sujeita naturalmente à dominação masculina.

As celibatárias, consideradas incapazes de arranjar marido, não eram bem-vistas pela sociedade, pois não geravam filhos e, por isso, eram tidas como melancólicas, mal-amadas, inúteis socialmente. Casadas ou solteiras, as mulheres eram enclausuradas no espaço doméstico, onde se transformavam em “anjos” e “rainhas do lar”.⁶ Quando falamos de mulheres, nesse contexto histórico, não estamos falando das mulheres pobres, que sempre trabalharam participando da vida pública. As “amarras” sociais recaíam sobre as mulheres da elite.

A vinda da família real, em 1808, transformou a paisagem e a vida da mulher brasileira. Costumes, modas e culturas foram transportados da metrópole para a colônia mais próspera. Para continuar usufruindo dos privilégios que possuía na Europa, a nobreza instalou aqui um ambiente europeu, dando um “banho de civilização” na colônia americana. A elite brasileira imaginava viver na Europa, ainda que cercada de escravos.

Quando D. João VI desembarcou no Rio de Janeiro com suas malas e bagagens, a população o recebeu com entusiasmo, porque junto com ele desembarcava um novo estilo de vida: bailes, companhias francesas de comédia, teatro, concertos musicais e recitais. Novidades do “mundo civilizado” que passaram a

⁶ Jacques Rousseau, em sua obra *Emílio – da educação*, inventa a figura de anjo e rainha do lar. Enclausura as mulheres no espaço doméstico, retirando-lhes toda capacidade e autonomia e é surpreendentemente adorado por elas.

conviver com a realidade colonial: insetos, pássaros e frutas desconhecidas. Mas, acima de tudo, o colorido da população colonial – brancos, índios, negros, pardos – marcava a diferença. Da Corte partiam não somente os rumos da política, como também os hábitos de vestir, as modas literárias, as novas linguagens, os costumes de higiene e as novas regras de etiqueta. As mulheres brasileiras imitavam as damas da corte e passavam a ter uma vida social mais intensa, indo a bailes e teatros, além de missas e procissões. Caminhavam enrijecidas pelos espartilhos, os longos vestidos e os grandes chapéus.

Os manuais de etiqueta que estabeleciam regras e modelos de sociabilidade de acordo com a civilização ocidental tornavam-se obras obrigatórias entre a elite brasileira, porque eram esses manuais que distinguiram os homens da corte do restante da multidão, descontando a cor da pele, evidentemente. Paradigmático é o *Código do bom-tom ou regras da civilidade e de bem viver*, publicado em Portugal, no ano de 1845, que deixava bem claro o lugar e o papel da mulher na sociedade. O homem devia distinguir-se pela sua fala inteligente e correta, a mulher por sua atitude modesta e silenciosa, evitando palavras difíceis. A ela o manual recomendava:

Se se calarem, cala-te também. Se te divertires, não mostres senão uma alegria moderada; se estiveres aborrecida, dissimula e não dêes a conhecer. Nunca por tua vontade prolongue a conversação. Aceita e come o que te oferecem e quando desejes outra coisa não o diga. Não ostentes em público as tuas prendas.⁷

Esses guias de comportamento introduzem o uso da faca, do guardanapo e do palito. Dão conselhos sobre a evacuação diária e os banhos de 15 em 15 dias ou uma vez ao mês. Em relação às mulheres são profícuos os conselhos sobre como “não fazer” e “não dizer”. O *Código do bom-tom* lembra aos leitores que o consumo do vinho deve ser restritivo às mulheres, porque

⁷ ROQUETE, 1997, p. 150.

o sexo feminino aliado à bebida poderia extravasar-se. Para os homens três copos de vinho, para as mulheres com idade inferior aos quarenta anos sugere-se que não bebam vinho algum. Tudo e todos se referem à “natureza” da mulher singular, sensível de um lado, perigosa de outro. Existem os homens, todos diferentes, e diante deles esse tipo único, essa síntese, a mulher. Basta analisar uma para conhecer todas, ou seja, nas mulheres tudo é natureza e a ela as mulheres se reduzem.

Esses discursos todos, filosóficos, literários, de etiqueta, produziram efeitos sobre o ensino da história. Não foram palavras ao vento, sem importância, foram fundamentais na marcação da identidade feminina e na construção de sua subjetividade. Portanto, se a história é uma construção teórica em que se fabricam heróis ou vilões, escondem-se ou ressaltam-se sujeitos, torna-se urgente uma cartografia que desenhe um novo mapa na orientação sobre o ensino da história, uma história mais real, menos hierarquizada e estereotipada.

“O voto da Costéla”⁸

A criação dos direitos humanos, que foram o suporte das constituições democráticas, estabelecia o direito às liberdades civis e políticas: liberdade de religião, de consciência, de expressão, de associação, por um lado, e o direito de cidadania, por outro. O liberalismo reconheceu o direito político como universal, porém negou seu acesso ao mundo feminino.

Toda a formação política que acabou por transformar o Estado Moderno em um Estado de Direito iniciou sua configuração nos dois grandes eventos que introduziram o mundo no Estado Contemporâneo: a Independência Americana e a Revolução Francesa. Os revolucionários franceses esqueceram-se de chamar as mulheres para a liberdade, a igualdade e a fraternidade; isso

⁸ Título de uma reportagem do jornal Correio Serrano de Ijuí/RS, de maio de 1933, sobre a discussão nacional em relação ao voto feminino. O mito da criação, relato que narra que Eva retirou toda a humanidade do paraíso, está sempre presente.

correspondia a um sentimento generalizado sobre a inferioridade física e intelectual do sexo feminino. Em nenhum momento a igualdade significou igualdade para todos.

Os revolucionários franceses que construíram para o mundo o conceito de cidadão e de direitos humanos guilhotinaram Olympe de Gouges sob a acusação de dois delitos, trair a natureza de seu sexo e querer ser um homem de Estado, porque ousou escrever. As mesmas mãos que mataram Olympe instituíram Marianne como deusa da Revolução. A história desconheceu por muito tempo essa personagem que nada mais fez do que escrever uma *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, porque não se reconhecia na Declaração dos Direitos do Cidadão.⁹ Essa passagem importante da história, transformada em silêncio, mostra-nos como a representação produz sujeitos reais e, para ser eficiente, apaga as marcas de sua construção, parecendo natural, portanto, imutável.

Até o final do século XIX afirmava-se seriamente que o cérebro das mulheres não estava adaptado a estudos superiores, o que serviu de pretexto para vetar o ensino a elas, que tiveram de batalhar arduamente para ter acesso a todas as carreiras de ensino e profissão. Exigia-se delas que desempenhassem bem suas funções de reprodutoras e de amparo afetivo na criação dos filhos. A ocupação de seu tempo ocioso deveria ser também em funções mecânicas como bordar, tocar piano e costurar. Elucubrações teóricas eram para os homens. “O homem pensa e a mulher sente”, foi um ditado que correu de boca em boca durante séculos. Tudo referendado pelas constituições e códigos, numa demonstração de que a legislação não atingia os homens e as mulheres igualmente, como tampouco afetava por igual os homens entre si.

Quando o baiano Domingos Borges de Barros¹⁰, deputado

⁹ Olympe de Gouges, que se alfabetizou sozinha aos 32 anos de idade, propôs a Declaração na França, em 1791, e foi decapitada em 1793. Segundo relatos de historiadoras, há registros de 374 execuções de mulheres no período do Terror.

¹⁰ Domingos Borges de Barros figura na história das mulheres como um dos precursores mundiais na defesa do voto feminino. Infelizmente a historiografia

brasileiro nas Cortes Constituintes de Lisboa, em 22 de abril de 1822, propôs o direito de voto a uma viúva, mãe de cinco filhos, o deputado liberal português, Borges Carneiro, na tentativa de encerrar a discussão sem colocar o projeto em votação, sentenciou:

Eu sou do parecer que esta indicação não deve admitir-se a discussões. Trata-se do exercício de um direito político e delles são as mulheres incapazes. Ellas não tem voz nas sociedades públicas: *mulier in ecclesia taceat*, diz o Apostolo¹¹.

Muito tempo tiveram de esperar as mulheres, para, por meio de muitas lutas, conquistar sua cidadania política. A ideia de que era mais fácil libertar os negros escravos do que as mulheres era corrente após a Constituição de 1891. E todos sabemos a ferrenha luta que foi travada para acabar com a vergonha brasileira que era a escravidão. Somente em 1932, com o Código Eleitoral, que tentava disciplinar e modernizar o país após a Revolução de 1930, incorporando novas camadas populares ao voto agora secreto, foi dado à mulher o direito de enquadrar-se no preceito de que “todos os cidadãos são iguais perante a lei”. A justificativa no Código Eleitoral da admissão das mulheres desconhece a luta travada durante mais de cem anos, considerando a “doação” da cidadania política feminina como indispensável para que o Brasil se transformasse em um país moderno, já que os países de primeiro mundo, modernos e avançados, já haviam concedido esse direito.

brasileira pouco fala da proposição do deputado brasileiro, democrata que não havia entendido que quando os constituintes defendiam que o povo devia ser chamado para as eleições, estavam a defender não o povo todo, mas uma parcela somente.

¹¹ O deputado luso recorre a São Paulo, “Na Igreja a mulher cala-se”, para desqualificar a proposta de Borges de Barros, lembrando a todos que o lugar da mulher não é na política. São Paulo, um dos maiores misóginos da Igreja Católica, foi um dos responsáveis pela discriminação da mulher ao longo dos tempos, frequentemente utilizado pelos que negavam o acesso da mulher à categoria de cidadã.

Apesar de na vida política serem consideradas cidadãs por intermédio da Constituição de 1934, as mulheres brasileiras, na vida privada, eram menores perpétuas sob o poder do marido, à quem deviam obediência, de acordo com o Código Civil de 1917. Se o estado de casada oferecia *status* a uma mulher, que não era considerada socialmente se fosse solteira, o casamento reduzia sua capacidade e personalidade jurídica. Como explicar essa contradição de uma moça, maior e capaz, ser excluída da vida jurídica e colocada entre os loucos e os menores quando se juntava ao rol das casadas? A supremacia marital, que era justificada pela inferioridade física das mulheres, só existia entre as mulheres casadas. O temor do desmantelamento do lar e da família era o argumento recorrente dos defensores da conservação da ordem patriarcal.

O Código de Napoleão Bonaparte, de 1804, que influenciou a condição legal feminina em todo o Ocidente e também no Brasil, deu corpo à ideia segundo a qual a mulher é propriedade do homem, tendo como única tarefa gerar filhos. Esse código, encarnação da modernidade jurídica, consagrou uma profunda desigualdade entre marido e mulher, dando àquele os direitos e a esta as obrigações. Selou por um século e meio a subordinação privada das mulheres e legitimou o princípio de sua incapacidade civil. No caso brasileiro foi necessário esperar o ano de 1962, com a edição do *Estatuto da mulher casada*, para que a mulher perdesse a menoridade com o casamento e anulasse o paradoxo: cidadã política desde 1934 e menoridade civil até 1962.

As relações de poder no ensino da história

O vínculo entre a linguagem e a construção de identidades individuais é evidente na forma pela qual a linguagem é usada para privilegiar representações que excluem grupos subordinados. Desde o “ele” universal, ao inglês como padrão. A análise histórica da relação entre poder e linguagem torna-se essencial para revelar como o poder funciona como uma condição para a representação e como uma forma de representação.

É preciso compreender o relato histórico como um mecanismo imerso em relações de poder. Como qualquer outro artefato

cultural, como qualquer prática cultural, ele nos constrói como sujeitos particulares, específicos, legitimando ou deslegitimando, incluindo ou excluindo sujeitos. Um exercício pedagógico seria perguntar constantemente: quais conhecimentos e grupos sociais estão incluídos e excluídos do relato histórico, dado pelo ensino da História? Que divisões do sujeito – gênero, raça, classe são produzidas ou reforçadas pela historiografia, expressas principalmente nos livros didáticos de História?

Acostumamos a encarar a história como algo ligado ao cognitivo, às informações, aos fatos, desprovidos de relações de poder e saber. Deixamos de vê-la em seus aspectos de disciplinamento, de silêncios. Analisar quem a história convoca ou silencia nos seus textos discursivos deveria ser uma tarefa permanente do historiador. A historiadora Margareth Rago, atenta em observar os diversos rostos da história, pergunta-nos:

Afinal, o que faz o historiador? Para que e para quem busca o acontecido? A partir de que instrumentos, teorias, valores e concepções recorta seus temas, seleciona seu material documental e produz sua reescrita do passado? E, aliás, de que passado se trata? Dos ricos e dos pobres? Dos brancos e dos negros? Das mulheres e dos homens especificamente considerados? Das crianças e dos adultos? Ou do de uma figura imaginária construída à imagem do branco europeu, pensado como ocidental? ¹²

Se a história é um reflexo das discriminações, desigualdades e preconceitos instalados na sociedade, poderá também ser um espaço de mudanças. As relações de poder que atravessam a historiografia e os currículos de História que ditam o ensino vão continuar existindo, com certeza. Mas se olharmos o texto histórico como uma verdade estabelecida num certo contexto, e não como uma verdade absoluta e sempre dada, tudo pode ser diferente.

Michel Foucault declarava-se simplesmente um historiador, e suas obras nos auxiliam na compreensão do processo histórico

¹² RAGO, 2007, p. 12.

mostrando-nos que a história também tem sua história e, portanto, pode ser mudada a cada instante. Considera o homem e a mulher como criações e consequências de uma determinada estrutura de poder. Não há objetos naturais, não há sexo fundado na natureza, nos ensina o filósofo. Seu trabalho nos ajuda a compreender como determinadas verdades são instituídas em campo do saber e como isso dificulta uma outra forma de olhar o passado.

O fato histórico escolhido depende do olhar do próprio historiador e do tipo de história que gostaria de fazer. Quais práticas discursivas e não discursivas fizeram essa ou outra questão emergir e constituir-se como objeto para o pensamento? Como foi possível que tal objeto viesse à tona? Como foi possível acreditarmos como a-histórico ou natural algo que foi urdido nos embates da História? São interrogações necessárias.

Trabalhar com o ensino da História com base nos estudos de gênero exige que nós a entendamos como uma bem arquitetada invenção. As mulheres, assim como os homens, são simplesmente um efeito de práticas discursivas e não discursivas, como nos ensina Michel Foucault. Portanto, reconhecer os discursos e as práticas que nomearam as mulheres ou as silenciaram no campo da história é uma tarefa primeira para um ensino de História não sexista e com equidade.

Concluindo

A história das mulheres, ao colocar no centro a questão das relações entre os sexos, revisita um conjunto de problemas tão caros à historiografia – o poder, as representações, as imagens e o real, o social e o político, o pensamento simbólico, enfim a marginalização, o esquecimento de sujeitos na história do Ocidente. A dificuldade de sua história deve-se inicialmente ao apagamento de seus traços, tanto públicos quanto privados. A falta de informações contrasta com a abundância dos discursos e das imagens (musas e deusas). Fazer a história das mulheres é chocar-se contra esse bloco de representações que as cobre.

Parafraseando Bourdieu, entendemos que com o ensino de História deve acontecer o mesmo processo que ele receita para

a história das mulheres – é preciso “descolonizar” a história, é preciso libertar a história dos emaranhados do poder, desconstruir o processo de naturalização do qual ela foi sempre vítima. Desconstruir um objeto histórico é simplesmente mostrar a sua historicidade, mostrar como ele foi construído. Ao olharmos para o currículo sem a inocência de antes, podemos incorporar os sujeitos historicamente marginalizados na história, dispensando as “datas comemorativas” superficialmente multiculturais como o dia do índio, o dia da mulher, do negro e outros afins.

Em 1988 Michele Perrot indagava: “é possível uma história de mulheres?”, porque tão longe quanto nosso olhar histórico alcança vê-se apenas a dominação masculina. Como então elas poderiam pensar sua história? Essa pergunta ainda nos desacomoda. A história das mulheres é uma história diferente, é uma nova história ou é uma outra história? Achamos que incluir as mulheres no relato histórico não significa incluir a metade da humanidade, mas um ato que afeta a humanidade em seu conjunto.

Paul Ricoeur, em um texto que discute o passado, afirma que a história somente sabe que há o passado porque a memória já o disse antes dela. Mas por menos confiável que seja a memória, por menos fiel que ela seja ao passado, ela é a nossa primeira abertura em relação a ele. Refazer a trajetória da memória rumo à história é buscar na memória as raízes de nossa demanda de história. Se historicamente o feminino é entendido como subalterno e analisado fora da história, porque sua presença não é registrada, libertar a história é falar de homens e mulheres numa relação igualitária, é resgatar a dívida com a memória. Falar de mulheres não é somente relatar os fatos em que estiveram presentes, mas reconhecer o processo histórico de exclusão de sujeitos.

Encerramos nosso texto lembrando Michel Foucault, autor que efetivou uma ruptura paradigmática no campo do conhecimento, especialmente ao teorizar o poder. Revolucionou a vida das mulheres, ou pelo menos a sua história, ao mostrar em suas obras que os objetos históricos são meramente construções discursivas. Mostrou-nos que tudo aquilo que invocamos do passado passa por um intrincado jogo de relações de poder e saber que instituem verdades.

As historiadoras pegaram a história na mão, transformando-se em objetos e sujeitos dela, mas, agora, o que fazer com ela? Como transformar a cultura que aprendeu como verdade a desqualificação do feminino? Paul Veyne, em uma obra sobre Foucault, utiliza a metáfora do aquário para nos dizer que sempre somos prisioneiros de um aquário do qual nem percebemos as paredes, de discursos que se arrogam a dizer a verdade de seu tempo. Diz ainda que o passado da humanidade não passa de um grande cemitério de verdades mortas. À cada época, seu aquário, diz ele. Sendo assim, como construir o ensino da história, o ensino da história das mulheres, das relações entre os sexos, fora de um aquário?

Referências

ALBUQUERQUE Jr. , Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007.

_____. Um leque que respira: a questão do objeto em história. In: *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro, NAU, 2000.

COLLING, Ana Maria. Relações de poder e gênero. In: *Las competencias profesionales para La enseñanza-aprendizaje de las Ciencias Sociales ante el reto europeo y la globalización*. Bilbao: Asociación Universitaria de Prtofesores de Didactica de Is Ciencias Sociales, 2007.

_____. *Gênero e história*. Um diálogo possível: In: *Contexto & Educação*. Ijuí: UNIJUI, 2004.

_____. *Os Buracos Negros da História (Ou da Invisibilidade do feminino)*. In: *Espaços da Escola*. Ijuí: UNIJUI, 2000.

_____. A construção histórica do masculino e do feminino. In: *Gênero e Cultura*. Questões contemporâneas. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

_____. Foucault, a psicanálise e a história das mulheres. In: *Letras Hoje*. Porto Alegre, Edipucrs, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. A história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. *História da Sexualidade. A vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Dits et écrits. 1954-1988. III 1976-1979*. Paris: Gallimard, 1994.

_____. Subjetividade e Poder. In: Dreyfus, Hubert; Rabinow, Paul. *Michel Foucault*. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e Hermenêutica. RJ: Forense Universitária, 1995.

HAHNER, June E. *A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HALL, Stuart. *Identidades Culturais na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 1997.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto, 2007.

PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. In: *Revista catarinense de História*. Florianópolis, no. 2, 1994.

PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. *As Mulheres e os silêncios da História*. Bauru: EDUSC, 2005.

RAGO, Margareth. A história repensada como ousadia. In: *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2007.

REVEL, Judith. *Foucault*. Conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROQUETE, J. I. *Código do Bom-Tom*. Ou Regras da civilidade de bem viver no século XIX. Organização de Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VELOSO, Carlos. *A mulher na construção do Brasil*. Do descobrimento à independência. Coimbra: Minerva, 1996.

VEYNE, Paul. *Foucault*. Seu pensamento, sua pessoa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.